



**EMENDA SUPRESSIVA N.º 01 AO PROJETO DE LEI N.º 01/2026**

Nos termos do inciso V do art. 213 do Regimento Interno, apresenta-se emenda supressiva ao Projeto de Lei n.º 01/2026, para suprimir o art. 81, renumerando-se os demais artigos, conforme segue.

**Suprima-se** o art. 81 do Projeto de Lei n.º 01/2026, que possui a seguinte redação:

**Art. 81.** A critério da administração poderão ser contratados serviços de terceiros para a realização de atividades e serviços públicos, salvo expressa vedação legal.



### **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda tem como objetivo suprimir dispositivo que autoriza de forma ampla e genérica a contratação de serviços de terceiros para a realização de atividades e serviços públicos, sem delimitação material, funcional ou procedimental.

A redação do art. 81 permite interpretação extensiva que pode conduzir à terceirização irrestrita de atividades típicas da administração pública, inclusive aquelas inerentes a cargos efetivos, em afronta aos princípios constitucionais da legalidade, da eficiência, da impessoalidade e da valorização do serviço público.

Além disso, a matéria relativa à terceirização no âmbito da administração pública já se encontra disciplinada pela legislação federal e pela jurisprudência consolidada, não sendo adequada sua reprodução genérica em lei municipal, sobretudo em texto de caráter estrutural.

Dessa forma, a supressão do dispositivo contribui para a segurança jurídica, evita interpretações indevidas e preserva o regime jurídico dos servidores públicos municipais.

---

**DR. ODARLONE ORENTE**  
**VEREADOR**